

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Por favor, leia esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais cuidadosamente para entender nossas políticas e práticas sobre seus Dados Pessoais e como são tratados.

Esta Política de Privacidade aplica-se a todas as pessoas naturais (“TITULARES DE DADOS”, “TITULARES”) que utilizam os serviços oferecidos pelo PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (“PSD”, “PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO”, ou “PARTIDO”). Esta Política explica como os Dados Pessoais são tratados, coletados, usados e compartilhados. Ela também informa quais são os direitos do TITULAR sobre seus dados, tais como acessar e atualizá-los e tomar certas decisões sobre como seus Dados Pessoais são tratados.

Esta Política de Privacidade envolve o tratamento dos Dados Pessoais tanto de forma online como offline, abrangendo os Dados Pessoais que são coletados por diversos meios, incluindo, mas não limitado aos diretórios, sites na web, redes sociais de terceiros e ferramentas de terceiros.

O TITULAR poderá, ainda, consultar a seção “Sobre seus direitos referentes ao Tratamento dos Dados Pessoais” para obter mais informações.

DEFINIÇÕES

Os conceitos legais e definições a seguir são aplicáveis em conjunto com outros termos definidos a serem utilizados pelas Partes e estão de acordo com os previstos pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18) sendo eles:

“PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)”, com sede na SAS, Quadra 1, Lote 1, Edifício Libertas, 11º andar, Sala 1101, Brasília/DF, CEP: 70070-010, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 13.629.827/0001-00.

“Titular”: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

“Dado Pessoal”: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

“Dado Pessoal Sensível”: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

“Tratamento”: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

“Controlador”: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

“Operador”: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

“Compartilhamento”: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

INFORMAÇÕES SOBRE OS DADOS PESSOAIS COLETADOS

DADOS PESSOAIS COLETADOS ATRAVÉS DAS SEGUINTE FONTES:

Fontes de coleta de Dados Pessoais	Site: Os sites https://psd.org.br/ e http://psdmulher.org.br/ poderão ser utilizados para coleta de dados pessoais. Além disso, tanto os sites que operamos diretamente através dos nossos domínios e endereços IPs, quanto sites ou páginas que estabelecemos em serviços de terceiros, como LinkedIn e outros, poderão também ser utilizados para coleta de dados pessoais.
	Formulários de registro offline: O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO poderá coletar Dados Pessoais através de formulários físicos, como por exemplo, a Ficha de Filiação Partidária.
	Correio Eletrônico e sistemas de troca de mensagens instantâneas: Serviços utilizados para manter comunicações eletrônicas entre o TITULAR e o PSD, incluindo aqueles disponibilizados diretamente pelo PSD, ou serviços de terceiros como WhatsApp, Telegram, SMS (serviço de mensagens curtas) e similares.
	Dados de outras fontes. Redes sociais de terceiros (como o Facebook e o Google) e pesquisas de mercado (se o retorno não for dado de forma anonimizada).

SOBRE O TRATAMENTO DOS SEUS DADOS PESSOAIS (COLETA E FINALIDADES)

Durante sua interação junto ao PSD, usando uma das fontes de coleta previamente mencionadas, serão coletados dados pessoais do TITULAR.

A coleta e tratamento poderá envolver tanto os Dados Pessoais (informações que possam identificar, direta ou indiretamente um indivíduo ou titular – art. 5º, I da Lei Geral de Proteção de Dados) como Dados Pessoais Sensíveis, sempre no interesse deste.

SITE DO PSD	
FINALIDADE	DADOS PESSOAIS NECESSÁRIOS
Preenchimento da Ficha de Filiação Partidária.	(i) Nome; (ii) Endereço residencial; (iii) Município; (iv) Estado; (v) CEP; (vi) Naturalidade; (vii) Profissão; (viii) Data de nascimento; (ix) CPF; (x) RG; (xi) Telefone para contato; (xii) E-mail; (xiii) Título eleitoral; (xiv) Zona; (xv) Seção; (xvi) Município do título; (xvii) UF; e (xviii) Nome completo da mãe.
Preenchimento do formulário para contato com a finalidade de filiação.	(i) Nome; (ii) Cidade; (iii) Estado; (iv) Telefone; e (v) E-mail.
Preenchimento de formulário para entrar em contato conosco.	(i) Nome; (ii) E-mail; (iii) Sexo; (iv) Estado; (v) Telefone; e (vi) Informações de perfil das redes sociais.
Recebimento de mensagens de comunicação.	(i) Nome; e (ii) E-mail.

SITE PSD MULHER	
FINALIDADE	DADOS PESSOAIS NECESSÁRIOS
Preenchimento da Ficha de Filiação Partidária.	(i) Nome; (ii) Endereço residencial; (iii) Município; (iv) Estado; (v) CEP; (vi) Naturalidade; (vii) Profissão; (viii) Data de nascimento; (ix) CPF; (x) RG; (xi) Telefone para contato; (xii) E-mail; (xiii) Título eleitoral; (xiv) Zona; (xv) Seção; (xvi) Município do título; (xvii) UF; e (xviii) Nome completo da mãe.
Preenchimento do formulário para contato com a finalidade de filiação.	(i) Nome; (ii) Cidade; (iii) Estado; (iv) Telefone; e (v) E-mail.
Inscrição no Curso de Formação Política	(i) Nome; (ii) E-mail; (iii) CPF; (iv) Se possui filiação com o PSD.
Recebimento de mensagens de comunicação.	(i) Nome; e (ii) E-mail.

O PSD também tratará os Dados Pessoais para as seguintes finalidades:

(i) **Comunicações ou notificações compulsórias:** Os Dados Pessoais poderão ser utilizados em caso de necessidade de comunicações compulsórias exigidas por lei ou por determinação de autoridades judiciais ou administrativas.

(ii) **Motivos legais:** O PSD poderá compartilhar os Dados Pessoais dos titulares com terceiros (i) quando requerido pela lei aplicável; (ii) em resposta a procedimentos legais; (iii) em resposta a um pedido da autoridade legal competente; (iv) para proteger nossos direitos, privacidade, segurança ou propriedade; ou (v) para fazer cumprir os termos de qualquer acordo ou os termos do nosso site, produtos e serviços, conforme a legislação vigente.

SOBRE A COLETA DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

O PSD em alguns casos poderá realizar o tratamento de Dados Pessoais Sensíveis, tanto para finalidades de interesse do próprio titular, como por exemplo para efetivação de inscrição no curso de formação política, bem como para o cumprimento de obrigações contratuais e legais, como por exemplo para contratação de novos colaboradores, não havendo o tratamento de tais dados para outras finalidades.

SOBRE A COLETA DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O PSD não realiza qualquer tipo de tratamento, bem como solicita, coleta, processa, armazena ou compartilha, conscientemente, dados pessoais de menores de idade. Caso haja a ocorrência de qualquer tipo de tratamento dos referidos dados, ainda que de forma não-intencional, os respectivos Dados Pessoais desses titulares, seja de criança ou adolescente, em nossos registros, estes serão imediatamente descartados.

SOBRE O USO DE COOKIES, ARQUIVOS DE REGISTOS (LOGS) E SIMILARES

Cookies: São pequenos arquivos de texto que podem ser colocados no seu computador ou dispositivo portátil por sites ou serviços na web que você utiliza. São utilizados para garantir o bom funcionamento de sites e demais serviços online.

O site do PSD utiliza apenas cookies necessários que tornam o site utilizável, permitindo funções básicas como navegação de página e acesso para proteger áreas do site. O site não pode funcionar corretamente sem esses cookies.

Os cookies do site do PSD não coletam nenhum tipo de Dado Pessoal de seus usuários.

SOBRE A DIVULGAÇÃO, O ARMAZENAMENTO OU TRANSFERÊNCIA DE SEUS DADOS PESSOAIS

O PSD adota medidas adequadas para garantir que os Dados Pessoais dos TITULARES sejam mantidos de forma confidencial e segura. Entretanto, estas proteções não se aplicam a informações que o TITULAR compartilhe em ambientes fora do PSD.

Acesso aos Dados Pessoais: Os Dados Pessoais tratados serão acessados tão somente por colaboradores do PSD quando devidamente autorizados para cumprimento das finalidades estabelecidas nessa Política de Privacidade, bem como para eventual cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

Medidas tomadas em ambientes operacionais: O PSD realiza o armazenamento dos Dados Pessoais dos TITULARES em ambientes operacionais utilizando medidas de segurança razoáveis, tanto técnicas quanto administrativas, bem como protocolos, para prevenir acessos não autorizados aos Dados Pessoais.

Compartilhamento dos Dados Pessoais: O PSD realiza o compartilhamento dos Dados Pessoais dos TITULARES para:

- (i) Cumprimento de obrigação legal para cadastramento dos filiados perante o sistema FILIA da Justiça Eleitoral;
- (ii) Cumprimento das demais obrigações legais ou regulatórias estabelecidas;
- (iii) Execução de contrato com prestador de serviço ou fornecedores que possua relação com o PSD.

Portanto, os Dados Pessoais serão compartilhados de acordo com as finalidades estabelecidas nesta Política de Privacidade.

SOBRE A RETENÇÃO E TÉRMINO DO TRATAMENTO DE SEUS DADOS PESSOAIS

Em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13/709/18), bem como as demais legislações vigentes, o PSD utilizará os Dados Pessoais por quanto tempo for necessário para satisfazer as finalidades para as quais foram coletados, conforme descrito nesta política, ou para cumprir com os requerimentos e obrigações legais aplicáveis.

O pedido de exclusão dos Dados pessoais, após o término de seu respectivo tratamento, ficará condicionado à sua possibilidade, bem como aos limites técnicos da atividade.

Assim, quando do término do tratamento dos Dados Pessoais dos usuários estes prosseguirão conservados para o regular cumprimento de obrigação legal ou regulatória e o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral a qual se submete ou poderá se submeter o PSD.

O TITULAR pode obter maiores detalhes sobre a retenção dos seus Dados Pessoais através dos canais de comunicação detalhados nesta política.

SOBRE SEUS DIREITOS REFERENTES A DADOS PESSOAIS

O “TITULAR” tem direito de confirmar a existência, requisitar a revisão, modificação e solicitar uma cópia eletrônica da informação dos seus Dados Pessoais que são tratados pelo PSD.

O “TITULAR” tem direito, também, de requisitar detalhes sobre a origem de seus Dados Pessoais ou o compartilhamento destes dados com terceiros.

A qualquer momento, o “TITULAR” poderá limitar o eventual uso e divulgação ou, ainda, revogar o consentimento a qualquer atividade de processamento dos Dados Pessoais considerados excessivos ou desnecessários aos usos informados, sendo que tal pedido ficará sempre condicionado à sua possibilidade técnica e respeitadas as obrigações legais e regulatórias vigentes quanto à guarda dos mesmos;

Estes direitos poderão ser exercidos através dos canais de comunicação detalhados nesta política.

O PSD faz o máximo para esclarecer todas as questões e dúvidas que o TITULAR possa ter sobre a forma os Dados Pessoais são tratados.

QUAIS SÃO AS BASES LEGAIS SOB AS QUAIS O PSD TRATA OS DADOS PESSOAIS

O PSD trata todo e qualquer Dado Pessoal de acordo com as bases legais previstas nas legislações vigentes, principalmente com relação à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18) e o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14).

Assim, o tratamento de todo e quaisquer Dados Pessoais poderá ser realizado para:

- (i) Realizar a filiação do interessado nos quadros do PSD;
- (ii) Compartilhamento dos dados dos filiados com a Justiça Eleitoral (Art. 7º, II da Lei n. 13.709/2018);
- (iii) Execução de contrato (Art. 7º, V da Lei n. 13.709/2018)
- (iv) Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (Art. 7º, VI da Lei n. 13.709/2018)

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA JURISDIÇÃO COMPETENTE

Eventuais conflitos levarão em conta a legislação e jurisdição do território da coleta e o processamento do dado quanto à lei de proteção de dados, sendo que, na falta ou omissão dessa, as partes declaram que se sujeitarão à legislação da sede do PSD.

ALTERAÇÕES EM NOSSA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Sempre que o PSD alterar qualquer tratamento ou processo que envolva os Dados Pessoais do TITULAR, esta Política será atualizada. Toda e qualquer prática adotada por esta Política poderá sofrer atualização ou revisão a qualquer tempo, sempre visando manter a conformidade com a legislação vigente.

O PSD recomenda que esta Política de Privacidade seja acessada frequentemente para observar quaisquer atualizações ou alterações realizadas.

Em caso de dúvidas, questões ou preocupações em relação à esta Política de Privacidade, o TITULAR poderá entrar em contato através dos canais disponibilizados pelo partido.

COMO ENTRAR EM CONTATO

O TITULAR dos Dados Pessoais poderá se valer dos canais de comunicação para:

- (i) Realizar questionamentos ou comentários sobre esta Política de Privacidade, bem como as práticas acerca da proteção de Dados Pessoais;
- (ii) Fazer reclamações;
- (iii) Confirmação da existência de tratamento de seus Dados Pessoais;
- (iv) Obter informações sobre o acesso aos seus Dados Pessoais;
- (v) Requerer a retificação dos Dados Pessoais que estiverem desatualizados, incompletos ou inexatos;
- (vi) Obter informações ou requerer a eliminação dos Dados Pessoais tratados que sejam excessivos ou tratados em desconformidade de acordo com a legislação;
- (v) Solicitar a eliminação dos dados pessoais tratados com o seu consentimento, excetuando-se as hipóteses previstas na legislação vigente e condicionado à sua possibilidade, bem como aos limites técnicos da atividade.
- (vi) Demais direitos do titular dos dados pessoais, conforme legislação vigente.

Para isso, o TITULAR deverá entrar em contato através dos seguintes canais:

Contato do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais:

dpo@psd.org.br

Portal da Privacidade:

<https://psd.org.br/>

O PSD receberá, investigará e responderá dentro de um prazo considerado razoável as solicitações.

CLÁUSULAS COMPLEMENTARES — ATUALIZAÇÃO JUNHO/2026

Inseridas em conformidade com a Resolução CD/ANPD nº 15/2024, Resolução CD/ANPD nº 19/2024 e Agenda Regulatória ANPD 2025–2026

CLÁUSULA COMPLEMENTAR 1 — COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA

Em caso de ocorrência de incidente de segurança que envolva dados pessoais tratados pelo PSD e que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, o controlador adotará as seguintes providências:

- (i) O PSD comunicará à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares afetados a ocorrência do incidente no prazo de três (3) dias úteis, contados da data do conhecimento do evento, conforme exigido pelo art. 48 da Lei nº 13.709/2018 e pela Resolução CD/ANPD nº 15, de 24 de abril de 2024;
- (ii) A comunicação conterá, no mínimo: a descrição da natureza dos dados afetados; as informações sobre os titulares envolvidos; a indicação das medidas técnicas e de segurança adotadas para proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial; os riscos relacionados ao incidente; e as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do incidente;
- (iii) As informações poderão ser complementadas, de maneira fundamentada, no prazo de vinte (20) dias úteis contados da primeira comunicação;
- (iv) O PSD manterá registro interno dos incidentes de segurança ocorridos, independentemente de sua relevância para fins de comunicação obrigatória, como parte de sua política de governança de dados.

CLÁUSULA COMPLEMENTAR 2 — TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

- (i) Na hipótese de o PSD utilizar ferramentas, plataformas ou prestadores de serviço sediados no exterior, incluindo, mas não se limitando a serviços de computação em nuvem, plataformas de comunicação e redes sociais, os dados pessoais dos titulares poderão ser transferidos ou processados em servidores localizados fora do território brasileiro.
- (ii) Nessas hipóteses, o PSD adotará os mecanismos exigidos pelos arts. 33 a 36 da Lei nº 13.709/2018 e pelo Regulamento de Transferência Internacional de Dados aprovado pela Resolução CD/ANPD nº 19, de 23 de agosto de 2024, que incluem, conforme aplicável:
 - (a) transferência para países ou organismos internacionais reconhecidos pela ANPD como possuidores de nível de proteção de dados adequado ao previsto na LGPD, por meio de decisão de adequação;
 - (b) adoção de cláusulas-padrão contratuais aprovadas pela ANPD, incorporadas integralmente e sem alteração aos instrumentos contratuais celebrados com os agentes importadores de dados;

(c) adoção de cláusulas contratuais específicas, previamente aprovadas pela ANPD, nas hipóteses excepcionais em que seja comprovadamente inviável a utilização das cláusulas-padrão contratuais;

(d) adoção de normas corporativas globais, previamente aprovadas pela ANPD, quando a transferência ocorrer entre empresas do mesmo grupo ou conglomerado;

(iii) O titular poderá solicitar informações sobre as transferências internacionais realizadas e os mecanismos adotados por meio dos canais de comunicação indicados nesta Política.

CLÁUSULA COMPLEMENTAR 3 — ATENDIMENTO AOS DIREITOS DOS TITULARES: PRAZOS E FLUXO

(i) O titular poderá exercer seus direitos previstos no art. 18 da Lei nº 13.709/2018 por meio dos canais de comunicação indicados nesta Política, devendo identificar-se adequadamente para fins de verificação da titularidade dos dados;

(ii) O PSD responderá às solicitações dos titulares no prazo de até quinze (15) dias corridos, contados do recebimento do pedido. Caso a complexidade ou o volume das solicitações justifique prazo superior, o titular será informado dos motivos e da previsão de conclusão;

(iii) O atendimento será realizado de forma gratuita, nos termos da legislação vigente;

(iv) Caso a solicitação seja indeferida, o titular receberá resposta fundamentada indicando os motivos do não atendimento e os meios disponíveis para eventual reclamação perante a ANPD.